

Castelos na Areia

Relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o estado da educação no Brasil confirma o que já se supunha: se há uma lei reservando 18% dos recursos da União e 25% da verba de estados e municípios para a educação, esta é mais uma daquelas leis brasileiras que não saíram do papel. O resultado disso é que o Brasil ocupa o 88º lugar nas estatísticas da Unesco referentes a gastos com ensino.

Concluiu o relatório que o Ministério da Educação pode comprovar o “cumprimento nominal (da lei), mas não real”: Isto é, as verbas são realmente separadas para a educação; mas não chegam ao seu destino.

Não é difícil saber para onde elas vão. Basta examinar perfunctoriamente esse colosso burocrático que é o Ministério da Educação, ou a estrutura funcional inchada das universidades oficiais brasileiras (onde brevemente haverá um professor e um funcionário para cada aluno), ou a quantidade de professores das redes estaduais e municipais que estão fora da sala de aula, *emprestados* a outros departamentos, e serão entendidos a realidade e a profundidade da sangria.

Muito dinheiro foi separado para a educação; mas ele é consumido pelas atividades-meio, e não chega às atividades-fim. “Não falta nada na cúpula da administração federal”, diz ainda o relatório, “mas falta muita coisa nas escolas públicas”. A secretária de Educação do Estado do Rio acaba de declarar que, em seu setor, o funcionalismo é duas vezes maior do que o necessário.

Pode ser apenas a demonstração, numa área específica, do processo de gangrena do Estado brasileiro, a solicitar corajosa cirurgia. Acontece que, nesse caso, estamos lidando justamente com a possibilidade (ou impossibilidade) de que o Brasil rompa com uma cadeia secular de atraso e ineficiência.

A época que estamos vivendo pertence ao conhecimento, e não às riquezas naturais. Basta olhar ao redor do mapa: os países que arrancaram para a modernidade são ricos em trabalho e em conhecimento, e não necessariamente em riquezas naturais. Os que confiaram em matérias-primas continuaram a ser o que sempre foram: sonolentos e artificiais fornecedores de matéria-prima.

A cantilena ideológica não resolverá esse problema. Ela é parte do problema. Pois o preconceito ideológico só estimula o ressentimento, e não o ímpeto de transformação. Induz ao fechamento, à construção de muralhas contra o *explorador*. Ora, a principal característica do mundo de hoje é justamente a troca sempre mais rápida de informação e de experiências; e isso é tão verdadeiro que até a mitológica Cortina de Ferro está sendo perfurada em diversos sentidos.

O Brasil simplesmente não acordou para essa questão crucial. Numa vida independente de 167 anos, não houve um governo que transformasse realmente a educação numa prioridade — como foi feito mais de uma vez pelo Japão moderno. O próximo presidente brasileiro vai ser escolhido por uma população de que nem 20% possuem o primeiro grau completo.

O ciclo militar dedicou investimentos específicos à educação. Criaram-se sistemas de financiamento e de bolsas de estudo que permitiram a

formação de uma razoável elite intelectual e profissional. Mas não se investiu na base do sistema.

O resultado disso é que o país deseducado puxa com força para baixo. Nem produtividade, nem os salários crescem. E a elite que o país formou a duras penas desiste de esperar, arruma as malas e vai embora. O que havia de investimento em educação simplesmente some pelo ralo.

Não se pode nem falar de falência de um projeto educacional. Não há projeto educacional. Basta conferir a rapidez com que os ministros passam pelo cargo e os critérios que presidem a escolha desses ministros — critérios políticos, totalmente alheios à natureza do problema.

Fracassa, assim, o ensino básico. O ensino médio torna-se mero alimentador de vestibulares. Quanto ao ensino superior, está apanhado num torvelinho corporativista: o que se discute (ou se vocifera) nas universidades públicas diz respeito a questões internas, ao bem-estar dos funcionários, e não à revolução pedagógica de que o país precisa e que as universidades poderiam liderar. Fervilha no *campus* a visão equivocada de que “não adianta mudar a educação” sem antes mudar o *sistema*. Por esse caminho, o que se faz é política, e não educação.

Se os governos voltam as costas ao que é o primeiro degrau da democracia — ensino básico gratuito de razoável qualidade, capaz de formar cidadãos que irão consolidar e desenvolver a democracia —, a sociedade brasileira mostra uma insensibilidade parecida face ao problema. Ela se mostra perturbada por uma troca violenta de valores, fascinada pelo sucesso dos arrivistas, dos contraventores, de gente que não precisa de educação para enriquecer. Deixa, assim, de cobrar do governo o que é obrigação do governo — um mínimo de educação, para arrancar o país das contradições em que ele se meteu. Em vez disso, a sociedade volta o seu mecanismo de cobrança para as escolas particulares. Quer que elas forneçam ensino razoável a preços subsidiados — isto é, irreais.

É um sinal da inconsciência que pesa sobre todo o quadro educacional. A escola particular tem um papel precioso em qualquer sociedade livre — pois é ela que garante a variedade de visões, a riqueza de perspectivas que é componente inseparável da fábrica democrática. Mas ela não pode carregar a estrutura básica do sistema.

Se isto não é cobrado dos governos, e se não há uma consciência do papel transformador da educação, a mediocridade se alastra. Um governo dotado de um mínimo de lucidez tem a missão histórica de quebrar esse círculo vicioso. Precisará começar, é verdade, pela reforma do aparelho do Estado. Mas nessa reforma, é preciso não perder de vista o poder de alavancagem que está associado à educação.

Se mantém as ambições reais para o futuro, o Brasil não pode prescindir de uma revolução pedagógica. Não há projeto mais sério ou mais consistente à espera dos futuros administradores. Qualquer caminho diferente será o mesmo que construir na areia: o país de iletrados arrastará na sua inércia as fachadas vistosas, as ilusões de grandeza. Continuaremos na mesma, *per omnia secula seculorum*.